

ESCOLAS DO PORTO E DE MADRID

Organização de António Braz Teixeira, Celeste Natário,
José Carlos Pereira e Renato Epifânio

2021

Edição conjunta de:

Instituto de Filosofia da Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n
4150-564 Porto

e

DG Edições
Av. D. Pedro V, 15 - 5.º Esq.º
2795-151 Linda-a-Velha

Composição e maquetagem: DG edições

Fotografia da capa: Ortega y Gasset, Leonardo Coimbra e

Garcia Morente

Impressão e acabamento: VASP DPS

ISBN: 978-989-53284-5-1

Depósito Legal: 491048/21

Primeira edição: Novembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-53284-5-1/esc>

O presente livro é uma publicação do Grupo de Investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal”, financiada por Fundos Nacionais através da FCT/MCTES - Fundação para a Ciência e a Tecnologia/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito do Projeto do Instituto de Filosofia com a referência UIDB/00502/2020.

VALORES, CIDADANIA E POLÍTICA EM ARANGUREN: CULTURA PARA UMA TEORIA DA EDUCAÇÃO

Emanuel Oliveira Medeiros

(Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores)

Este artigo tem como objeto de reflexão e análise aspetos da obra de José Luís L. Aranguren (1909 – 1996). Dada a complexidade e amplitude da Obra, no seu todo, terei como referência dois livros: *Ética e Ética y Política*. Os títulos das obras podem induzir a um olhar estreito e restrito mas a sua leitura remete-nos para o modo profundo, complexo e fecundo como o autor põe as questões umas em relação com as outras. Faz uma análise, em si, mas sempre aberta e em relação, o que convida à leitura, à reflexão e à sua relação com a vida, a vida como um todo aberto, no qual estamos e fazemos. Na realidade, a obra de José Luís L. Aranguren é a de um Homem de Cultura, onde as coisas e os assuntos se enraízam. Não fica por conceitos abstratos, dá exemplos da vida, da política, da história, da sociedade, etc. Em toda a sua reflexão o Homem e o Cidadão, que há no homem, entram em diálogo, distinguindo-se e relacionando-se, nos diferentes regimes políticos, sendo inequívoca a matriz democrática e a valoração da *Democracia*. Mas na sua vida o próprio José Luís L. Aranguren experimentou as agruras da injustiça mas nada o deteve no caminho dos valores, da justiça e da verdade, uma verdade que se busca como tarefa da razão. Um ponto central que quero desde já salientar é que a figura de José Luís L. Aranguren é cativante, não tem uma escrita seca, ao escrever com força de ser colocou-se, de modo objetivo e subjetivo, naquilo que escreveu. Aqui e ali pontua, de modo explícito uma ou outra referência fenomenológica, mas os autores que escolhe e o registo da sua escrita mostra o homem por detrás do que escreve, sem endoutrinar, mas doutrinando no melhor dos sentidos, isto é, tomando posições e fazendo problematizações sobre aquilo que escreve, sobre o que enuncia, elucida e convoca. É uma escrita que cai bem. O autor assume-se, com objetividade e subjetividade, utilizando um método integrado e integrador que faz avançar o conhecimento. Mesmo os aspetos datados – por exemplo de tempos políticos e históricos – dão oportunidade a uma reflexão de fundo, é o trabalho do filósofo verdadeiro que se cumpre entre o labor do temporal e do eterno. É, facto, um pensamento que vale a pena

revisitar, aprofundar e relançar, colocar em confronto com a atualidade e a contemporaneidade.

Para este texto enunciei o seguinte título: *Valores, Cidadania e Política em Aranguren: Cultura para uma Teoria da Educação*. Haveria outras enunciações possíveis mas não vamos abordar a obra toda, como é óbvio. Importa-nos pensar o que está explícito mas também o impensado que está implícito na obra e que fala de modo silencioso, muitas vezes nos fundamentos das proposições como ideias e ideais que alimentam um Pensamento a tematizar e a problematizar. Outras vezes são os ideais e as ideias que estão explícitos na busca de uma fundamentação e questionamento que os torna seguros no caminhar da reflexão.

Na obra de Aranguren não se fala de interdisciplinaridade, de modo explícito, mas na disciplinaridade e especialidade está lá o diálogo entre saberes, na lógica de um Conhecimento uno feito de saberes múltiplos. Esta riqueza concetual e metodológica atravessa a obra e torna-a de plena atualidade e interesse fecundo.

Para além do livro *Ética e Ética y Política*, tive como corpus de análise, para este artigo, a edição da *Revista Anthropos. Revista de Documentación Científica de la Cultura* sobre o Tema único: “José Luís L. Aranguren. Propostas morales: problematicidad y actitud ética”. Trata-se de uma edição com vários artigos que nos ajudam a elucidar. Primeiro entramos no livro da *Ética*, depois na *Revista Antropos* e depois no livro *Ética y Política*.

Na textura deste texto vamos articular os dois livros e a Revista, numa interligação de significação e de suporte em interconexão. O título da Revista dá conta de uma atitude problematológica, nada estática, sobre as questões morais mas longe de qualquer relativismo. A problematicidade liga-se a uma atitude ética em que a pessoa sujeito se pensa, nos seus atos, de modo questionante. Pôr em causa não significa anular os fundamentos, pelo contrário ajuda na solidez dos fundamentos que se pensam sem fundamentalismo, há que procurar o sentido e o sentido do sentido na existência e na coexistência humana, uma existência individual mas também uma existência coletiva, do estado e do grupo. São ideias que atravessam os três documentos referidos.

Na referida Revista há um texto de José Luís L. Aranguren intitulado: “Autopercepción intelectual de su proceso histórico”. O pensar projeta-se sempre a partir do interior e ele dá-nos uma identidade sobre o que pensamos, como pensamos, para que pensamos. Um pequeno título a antepor o

texto está escrito assim: “Para una teoría de la autobiografía”. Escreve José Luís L. Aranguren:

El problema inicial – y final – de una biografía que no se limite al mero recuento de lo que uno ha hecho, o le ha pasado, consiste en enhebrar estos acontecimientos – en mi caso poco y poco brillantes – en el hilo de una coherencia. Hace doce años publiqué um libro *Memorias y esperanzas españolas*, que no era estrictamente una autobiografía, sino la exposición de mi inserción socio-intelectual en la vida pública de mi país, o como decía allí, la presentación de la “perspectiva autobiográfica de una realidad colectiva”. Ahora doy por supuesto que de lo que se trata aquí es de presentar la perspectiva autobiográfica de mi propia realidad personal... (Aranguren, 1988, p. 18).

Estas afirmações de Aranguren constituem um lance importante para pensar o que é a biografia, o que não é possível – no sentido de autobiografia – sem implicar o próprio pensamento do sujeito que se pensa, na dinâmica do pensar e existir. Por outro lado, vê-se como a dimensão pública, do cidadão, está presente em Aranguren. A realidade pessoal está em ligação com a dimensão social e coletiva, embora dissociáveis, quer na vida, quer no pensamento. A deceção com a política, por exemplo, por parte de um cidadão, pode fazê-lo remeter mais, muito mais, para a sua dimensão individual e privada, como aliás evidencia Aranguren no livro *Ética y Política*. A este propósito afirma Aranguren:

Se comprende, pues, que en épocas semejantes, los ciudadanos se desentiendan de la política y, recayendo en el estado del “hombre privado”, se preocupen casi exclusivamente de sus intereses particulares. Por otra parte, quién podrá sacar a los ciudadanos de la inercia política en que, durante tales períodos, se encuentran prostados si, como vimos, Rousseau ha empezado por rechazar la constitución de “sociedades parciales” dentro del Estado, la existencia de “cuerpos intermediários”, y por exigir a cada ciudadano que no piense, sino – aislada, atomizadamente – por sí solo? (Aranguren, 1985, pp: 145-146).

Somos seres de existência e de coexistência. Mas será que convivemos com os valores fundamentais e fundantes da convivência humana? Às vezes penso que esta pandemia – COVID 19 – é um castigo pela forma como o ser humano não soube – ou não quis – conviver com o seu semelhante. Mas, antes, durante e depois da COVID 19 pode colocar um dilema, muitos

dilemas. Por que será que as pessoas se tornam mais egoístas, pensando nos seus interesses particulares sem se interessarem pelo bem comum? E quem se interessou – e interessa – pelo bem comum que recompensa tem, ou, tão simplesmente, sente que há ambiente favorável ao desenvolvimento das capacidades e atitudes que promovem todos e cada um? Onde está o sentido de missão e de vocação? E mesmo na política, por princípio uma atividade nobre, promove os melhores ou mesmo em Democracia instala mecanismos de seleção e de controle, de pensamento único, que procura impedir a autonomia e criatividade do pensar e o agir? Tudo isto são questões que se levantam, com legitimidade, em atualidade, lendo *Ética y Política* de Aranguren. Aliás, neste livro o autor explicita o que é e o que não é Democracia, como teremos oportunidade de referenciar, também de modo problematológico.

Estamos, pois, a apanhar um núcleo de questões que importa trazer à evidência.

No texto de Aranguren, já referido, “Autopercepción intelectual de su proceso histórico”, o Autor fala no “eu executivo” e no “eu reflexivo”, que, numa pessoa livre, que devem ser todos os seres humanos, são inseparáveis. Muitas vezes ouvimos falar, mesmo em educação!, que somos atores, quando o que importa é sermos autores, sermos sujeitos da nossa história e da nossa existência. Por mais que custe e seja difícil, somos sempre capazes de dizer sim ou dizer não. Como afirma o Poeta, e bem, “Mesmo na noite mais triste/ em tempos de servidão/Há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não”, podemos ler no belo Poema de Manuel Alegre “Trova do vento que passa”. É a força ontológica, a força do Ser que há-de ser, que nos traz a promessa de Ser, para quem tem esperança, vontade de mudar, na e para a essência da Democracia. Mas não estarão hoje as democracias carentes de métodos e práticas de vigilância e poderes de moderação e controle para se revigorarem? Não será preciso cultivar a Democracia representativa, direta e semi-direta? Na obra de Aranguren encontramos elementos de reflexão e análise para nos ajudar a pensar estas questões.

Como dissemos, somos autores, devemos ser autores, da nossa existência. Ser autor não é a mesma coisa que ser ator. O primeiro é da ordem ontológica, o segundo é da ordem cénica. Afirma Aranguren:

Todos y cada uno de nosotros somos los *autores* de las acciones que ejecutamos en tanto que *actores*. O dicho de modo un tanto, por exagerado, provocativo: toda la *biografía*, por muy autobiográfica que se pretenda,

es *heterobiografía*, es biografía del yo ejecutivo escrita por el yo reflexivo (Aranguren, 1988, p. 19).

Estas afirmações têm um fundo de verdade mas têm de ser problematizadas. Nós, cada um de nós, é um ser de projetos. E há muitos projetos que dependem da iniciativa própria, pessoal e individual. Há pessoas que têm mais do que outras. Mas muitas vezes os outros tentam impedir e condicionar negativamente as nossas ações. É o que acontece em estados ou instituições não democráticas ou que passam por fases de negação e alienação, sem pessoas cultas e sem sentido de liberdade a liderarem. No fundo o *Curriculum Vitae* depende da pessoa e das circunstâncias, bem como das oportunidades que cria ou lhe são criadas. Por exemplo, – e é um exemplo maior – a canção “Trova do vento que passa”, de Manuel Alegre, em plena Ditadura em Portugal. Mas ficou, para sempre, como uma canção do Autor escrita no Tempo da História e continua a ser de uma importância fundamental no Portugal democrático do pós 25 de abril de 1974. Ora, Manuel Alegre foi Autor, não ator, num tempo histórico difícil, tal como outros anos que Aranguren viveu em fases de Ditadura e perseguição no seu País. Nesse sentido há uma heterodeterminação mas a Coragem de ambos faz prevalecer, de modo decisivo, o pensar pessoal, a interioridade, a biografia e a autobiografia. A heroicidade ficou com cada um deles, entre muitas outras figuras que poderíamos referir. A decisão, que é sempre um ato de coragem, faz depois com que a História a celebrar seja a dos que estiveram do lado dos valores humanos universais. E se a escrita é feita pelo “eu reflexivo” então é o Pensamento que comanda. O Pensamento tem uma raiz apumada e fasciculada. O pensamento vai ao fundo mas alarga-se e penetra por todas as direções. Afirma Aranguren “es biografía del yo ejecutivo escrita por el yo reflexivo”. Há que questionar: executivo de quê e de quem? De ordens alheias ou da consciência própria? E a escrita pode dar-se de várias formas: através da escrita propriamente dita, nos seus vários géneros, incluindo o conto e ficção, o silêncio, o não responder no modo, na hora ou no tempo que o outro espera. O eu reflexivo tem de ser, também, um eu imaginativo, um eu interrogativo, verdadeiro, mas, quem sabe, também, cínico, no sentido filosófico, respondendo com humor, com metáforas, com parábolas bíblicas, que são de um força poderosíssima. A biografia é sempre do autor, por isso há as chamadas “biografias autorizadas”, precisamente para evitar as mentiras, as maldades e as distorções intencionais, o que é gravíssimo. Ainda e sempre a Verdade, que também se encontra quando as pessoas visam o Bem e a Objetividade, mesmo que discordem da outra pessoa. Uma pessoa

é sempre uma pessoa séria, vê-se no que diz e no que faz. O eu acional e o eu reflexivo devem estar em coerência.

Sobre as “biografias intelectuais” escreve Aranguren: “Com respecto a las autobiografias intelectuales, buena parte de las páginas de escritores reflexivos, pensadores, son directamente autobiográficas. Y la totalidad de sua obra puede leerse como objetivación de su autobiográfica aventura intelectual” (Aranguren, 1988, p. 20). E em tudo há uma marca biográfica, escrita, ou não. Todos têm para dizer e escrever, e todos escrevem e leem, mesmo aqueles que não sabem ler nem escrever do ponto de vista escolar. É preciso que a escola – seja de que grau for – seja um lugar de procura da verdade. Se um saber não contribuir para a Sabedoria da Vida nem saber é, é uma inutilidade perdida no tempo. O que fazer do tempo é das mais altas sabedorias. O tempo administrativo não presta se não se integrar no tempo de ser e do ser. O que andamos a fazer na vida e nas instituições? Somos obrigados ao Bem, procurar fazer o Bem, é uma questão Ética e de Valores. Só pessoas sábias e cultas deviam estar em lugares de administração e gestão, – seja onde for – sabendo acautelar direitos e dinamizando saberes. Sempre o ouvi dizer, de diversos modos, pelos professores sábios, esses que têm nome e ficam para a História e nas nossas vidas, através das suas obras e exemplos de vida. Só com os grandes, em verdade e humildade, se aprende o que é uma obra. Também a este propósito e neste contexto de sentido, podemos citar Aranguren falar da sua obra:

Y la totalidad de mi obra al segundo, como objetivaciones que son de mi aventura religiosa los primeros, de mi dedicación a la ética los que se siguieron, y de mi tareas sociomoral, ético-política, socio-cultural y de reflexión sobre la actualidad política los más recientes (Aranguren, 1988, p. 20).

Nesse texto Aranguren fala simultaneamente com objetividade e no discurso de primeira pessoa. Formulações como: “Nasci en una família (...)” e, ao falar na sua frequência académica, escreve: “Derecho primero (...). Así lo hice y, una vez transcurrido sin éxito este período de prueba, me matriculé en Filosofía. Sabía, e iba a hacer al fin, lo que quería” (Aranguren, 1988, p. 20-21).

No mesmo texto “Autopercepción intelectual de su proceso histórico” Aranguren continua a falar de si e da sua obra. A opção por certos temas e autores tem muito de vontade, desde que livre de condicionalismos ou interesses alheios (por vezes obscuros). Afirmar Aranguren:

Esos años, por anatomía de *crítica* e de *meditación*, lo fueron, no menos, de *catolicismo día a día*. Creo y lo he dicho reflexivamente, es decir, *a posteriori*, que mi obra religiosa de entonces tuvo, sin merma de su sustantividad, una significación “política” en la amplia acepción de esta palabra: la de una crítica y un intento de ruptura del *nacionalcatolicismo* establecido (Aranguren, 1988, p. 22).

Vê-se, pois, como uma obra científica, neste caso a Filosofia da Religião tem sempre motivações pessoais e/ou circunstanciais, ou as duas. Por que é que um professor ou investigador escolhe uns temas e não outros ou, de outro modo, por que é que dá prioridade e atenção a uns temas, problemas e autores e não a outros. São várias as motivações que se enraízam e falam numa biografia interior, num sentido interior e exterior. Vemos como na atualidade – neste ano de 2020 – a COVID 19 está a ser tema de investigação em todas as áreas, desde logo porque é uma realidade objetiva mas vivida e pensada de modo pessoal e subjetivo por cada um e nas diversas profissões e atividades profissionais.

Ainda sobre as razões e motivações para os seus estudos sobre a Religião, neste caso a Religião Católica, afirma Aranguren: “A la religión he dedicado como ya dije, gran parte de mi actividad teórica, y esto ha sido así, aparte otras razones, porque he sido religioso siempre, y lo sigo siendo, con formas de religiosidad muy diferentes, a lo largo de la vida.” (Aranguren, 1988, p. 22). Vemos como há uma ligação entre vivência e reflexão, em labor que liga a teoria e prática. Se Aranguren vivesse hoje não deixaria, julgo, de tematizar a relação entre Fé e Razão, no seio do Logos.

Depois da Religião, outros temas foram do interesse de Aranguren. Afirma o Filósofo:

En seguida mi conciencia crítica se fue ampliando a otras esferas: la moral y sociomoral, la política y la cultural o sociocultural. Con ello desemboqué en el concepto de *heterodoxia*, civil (y no sólo religiosa), cultural en muchos trabajos recientes que he intentado definir. He hecho antes alguna alusión a mi docilidad, conatural quizá y, desde luego, educacional (Aranguren, 1988, p. 22).

A educação é aprendida mas também é conatural. É importante acentuar esta dimensão, isto é, a que o ser humano é educável porque tem predisposições para educar e ser educado. Ou será que tendem a prevalecer os lados instintivos que cegam o sentido de si e do outro. Muitas vezes a educação,

não só como projeto, é uma decepção mas há que acreditar que o ser humano pode ser melhor e pode ser melhor pela e com a educação. Numa perspectiva aristotélica falaríamos da potência e do ato. Onde está e como aparece o “mestre interior”, de S. Agostinho? Numa Teoria da Educação que tem em conta a complexidade da vida, diríamos que há uma interação e interligação entre o mundo exterior e o mundo interior. Sabemos como em Piaget é fundamental a interação entre o sujeito e o objeto para o desenvolvimento das estruturas biológicas, psicológicas e lógicas do sujeito.

Num sentido mais profundo, diríamos que a criança quando nasce é um todo de ser, um mistério por cumprir num desenvolvimento ao longo da vida. A vida é feita de muitos incidentes e acidentes, por isso é cada vez mais necessário o diálogo entre gerações, deixando congeminar o velho (no sentido antigo e puro do termo) e o novo. A criança traz a novidade que só o adulto pode criar as condições para despertar e despontar. Por mais que saiba, ninguém está preparado para viver, é preciso saber aceitar, também, os ensinamentos da própria vida, a qual direcionamos mas que também nos guia, basta ver as incertezas das circunstâncias, do novo dia que Deus põe no mundo, das interações entre os elementos endógenos e exógenos. A vida vai-se fazendo e vai-nos fazendo. Julgo que falta muito a capacidade de nos deixarmos educar pela vida, ela mesma, imprimindo-lhe racionalidade mas vivendo-a, também, com emoção. A Razão e o Coração descobrem-se e encontram-se no mistério do ser e na mais pura racionalidade e emotividade. Mas fazer e fazer-se implica atos e ações. Sobre a “autobiografia”, afirma Aranguren:

La autobiografía se fabrica sobre la base de un fichero *determinado* – pero nunca lleno: el número de fichas eliminadas es incontable –, que al final de vida quedará *terminado*. Pero aun pasada por alto esta reducción de la vida a fichero, no subsiste otro problema, el de la ordenación o jerarquización de las fichas que, cambiadas de orden, darian lugar a “biografías” completamente diferentes de la que uno há decidido hacer? (Aranguren, 1988, p. 22).

Na minha vida, desde cedo, interiorizei, através da Educação do Berço – a mais forte, genuína e lúcida educação – que a pessoa se faz com princípios, valores e causas, e tudo isto com amor, na caminhada do Sentido, das razões e dos porquês.

As afirmações de Aranguren fazem-nos refletir, com base no que escreve, mas o que está implícito e pressuposto no que escreve: “(...) el de la ordenación o jerarquización de las fichas que, cambiadas de orden, darian lugar

a “biografias” completamente diferentes de la que uno ha decidido hacer?” (Aranguren, 1988, p. 22). Ordenação implica Decisão. Mas por que se decide assim ou de outro modo? Considero que as pessoas perversamente ambiciosas são, por isso, um perigo, para os outros, para as instituições e para a sociedade. Não falo da ambição saudável mas da ambição perigosa, de quem não olha a meios para atingir fins, mesmo que seja prejudicando os outros. Há casos em que o final só pode ser parecido a Judas Iscariotes. Há exemplos destes e a agonia será de quem agiu de má-fé. Na boa tradição tomista, do Bem, o ato acompanha o agente. Somos chamados a fazer coisas boas e a não prejudicar os outros, não levantar falsos testemunhos, aspetos que o Direito pune severamente.

E é curioso como Aranguren primeiro foi para Direito e depois para Filosofia. Mas depois fica uma aptidão que é potenciada. Basta ver como no livro *Ética y Política*, Aranguren explora e tematiza muito bem os aspetos jurídico-políticos ao falar nas questões da cidadania, nas questões do Estado e das Sociedades. Ora, quando Aranguren afirma que a escolha de outras fichas daria outras biografias coloca o problema da decisão, que muitas vezes é feita com dilemas, como, por exemplo, a escolha de um curso. Ele começou por Direito e depois foi para Filosofia. E senti-me tão identificado com esse dado biográfico. Primeiro matriculei-me em Direito, na Universidade de Coimbra, mas depois escolhi, de seguida, o curso de História e Filosofia (via ensino) na Universidade dos Açores, onde o destino me deu a sorte de ter sido aluno e Monitor de dois Professores excepcionais, geniais: *José Enes e Gustavo de Fraga, Professores para sempre*. E no meio, sempre o interesse, de longa data, desde o ensino básico, pelas Línguas. Daí o meu fascínio pela Língua Portuguesa. Ora, Aranguren ao falar de si, num registo reflexivo, pôs-me, também, a pensar em mim, em termos reflexivos. As categorias filosóficas, como a decisão, assumem um enraizamento vivencial. Uma vez mais verifico a pertinência da intersubjetividade e da ação comunicacional tematizada por Jürgen Habermas.

Cada pessoa vai tecendo a sua vida, sempre a partir de um dado prévio, inicial, o seu corpo e a educação que lhe é transmitida. Cada vida vai fazendo um “texto biográfico”, vários textos biográficos, uma biografia. A pessoa colhe tanto de tantos lados, por influência de tantas pessoas. Afirma e questiona Aranguren:

Cuál es la secreta realidad de ese *quién* transaccional de la persona? Y puesto que al *quién* de una persona sólo puede accederse a través de lo que en su

vida hace – sus expresiones, sus acciones, sus obras –, a través, por tanto, de sus sucesivos y cambiantes *qués*, de qué manera y en qué medida puede ser conocido?

Como Don Quijote, toda persona puede decir “yo sé quién soy”. “Nadie sabe lo que pasa en el hombre, si no es espíritu del hombre que existe en él” escribió San Agustín (Entralgo, 1988, p. 37).

Uma pessoa é também as obras que escreve, desde logo pelos interesses que a movem, as temáticas, problemáticas e figuras. Uma das obras de Aranguren, que remete para outras, e para a qual confluem muitos autores, é a obra intitulada *Ética*, cuja primeira edição foi de 1957, com sucessivas edições. A 5ª edição, que seguimos, é de 1972.

Dada a limitação deste espaço e a extensão da obra, vamos explicitar o esquema da obra, destacando alguns tópicos fundamentais que, para além do “Prólogo” tem duas partes. A “primeira parte”, “Os princípios da ética” e a segunda parte “o objeto da ética”. De entre outros aspetos, destaco: “Metafísica e ética dos valores”, “a vinculação da ética à metafísica”, “sentido ético da filosofia”, “ética e teologia”, “moral e religião”. Da “segunda parte do livro”, que trata do “objeto da ética” destacamos os seguintes pontos, de modo a dar uma perceção das enunciações que Aranguren tematiza, sem termos a pretensão de as explorar, até porque a simples enunciação já nos dá a noção clara das temáticas e dos conceitos que o autor salienta. Muitos destes conceitos já falam por si como sejam, por exemplo, as “virtudes”, sem as quais os valores são manifestamente insuficientes. Trata-se, pois, de visitar uma linguagem que, só por si, abre mundos de valores, de educação e de formação integral. Vejamos alguns pontos que Aranguren considera e trata no “objeto da ética”, para além de outros. Desde logo remete o leitor para o “objeto material da ética” e, depois, para o “objeto formal da ética”. Outros tópicos: “caráter, hábitos, atos”, “a felicidade como virtude e a felicidade como contemplação”, “a felicidade como perfeição”, “a força moral”, “a teoria dos sentimentos e a tábua escolástica das paixões”, “a esperança”, “o amor”; nas “virtudes” são referidas: “a virtude da prudência”, “a virtude da justiça”, “a virtude da fortaleza”, “a virtude da temperança”, “o mal, os pecados e os vícios”, “a vida moral”, “o *ethos*, caráter ou personalidade moral”, “a morte”. Todas estas virtudes são valores para a formação da pessoa, num plano humano e, numa exigência maior, a que todos vincula, no sentido de uma transcendência pessoal, isto é, superarmo-nos, e num sentido da Transcendência, sendo Deus como o Deus-Pessoa perante quem

examinamos a nossa consciência. O problema é que se deixou de falar, de modo atuante, em consciência e, mais, de exame de consciência. Por isso assistimos à degradação do livre arbítrio e manipulação com legalismos, que nada têm a ver nem com o Direito Natural nem com o Direito como meio e realização de certas dimensões da justiça. O ordenamento jurídico na mão de gente sem escrúpulos pode até servir para querer legitimar a maldade, o que é impedido pela Justiça. Como diz o Papa Francisco, “o mal não tem nem a primeira nem a última palavra”. O Bem vence sempre. Por isso há que combater o mal com o bem no sentido de Deus, como nos ensinou, explicitamente, São João Paulo II. Se fosse hoje, eram Papas que julgo que Aranguren estudaria e citaria. O próprio Aranguren referiu-se ao “Discurso do Papa de 18 de abril de 1952, na altura era o Papa Pio XII.

Depois de ler o livro *Ética, Ética y Política*, bem como o número temático da Revista *Anthropos*, e de acordo com a reflexão que fui fazendo, considero que há uma autenticidade, uma coerência, uma dinâmica de ser, em si e para si, e em Transcendência numa *Aurora* de um ser sempre por desocultar e ver um “quem” para além do “que”. O que faz inscrever em quem é essa força ontológica que só assim vale na Filosofia, na Ética, na Política, na Sociedade. Precisamos de Figuras assim, hoje, para além dos temas e dos problemas. Ao ler Aranguren interessa-me a Figura autêntica que escreve, que está na escrita. Ao ler o livro *Ética* vê-se logo que não estamos perante uma ética normativista mas face a uma Ética que está enraizada na vida, que fala da vida e nos ajuda a interpelar a vida, a nossa vida. É uma ética que diz da vida. O que é a ética? Para que serve a vida senão para ser e pensar profundamente a nossa vida na vida? A ética rege, no fundo, o pensamento de Aranguren. E, na realidade, tem de pensar sobre o que nós fazemos, para que fazemos, o sentido do que fazemos, sem moralismos e sem modismos. Por isso são tão fundamentais as virtudes que habitam nos valores, que os fazem ser em ética, de modo ético, na responsabilidade questionante de sermos, em Transcendência. Há várias dimensões que a ética inclui, humana, filosófica, social, religiosa, etc. A ética move-se na dinâmica da vida, relaciona-se com uma metafísica que não é fixista nem essencialista mas que fala na essência e na existência.

No livro *Ética* (p. 330), Aranguren refere-se ao Discurso do papa de 18 de abril de 1952, referindo-se à ética cristã, que não é uma ética de circunstância. É feita referência a S. Tomás e a Sartre, que têm conceções substancialmente diferentes, desde logo na Filosofia, o que influencia, também, outros campos. Além disso, a Filosofia implícita na *Suma Teológica* não se identifica com o

existencialismo de Sartre. Na sequência de falar também noutros autores, Aranguren explicita que entre a filosofia da existência e a ética da situação há um paralelismo evidente (cf. Aranguren, 1972, p. 331).

Afirma Aranguren “A responsabilidade é intransferível” mas no sentido tomista de que o ato acompanha o agente. Por exemplo, a maldade feita por outros, de modo mais ou menos escondido, até manipulando outros para fazer maldade a alguém não isenta no tempo futuro, em nenhum momento, nem os mandantes nem os executantes. O livre arbítrio é também para saber dizer não ao que não está certo, ao que, em consciência, não está certo. Pode alguém praticar o mal remetendo a responsabilidade para outro mas não pode, nunca, deixar de lhe ser imputado as responsabilidades formais e/ou materiais. Em Aranguren a verdadeira ética é, a meu ver, a ética cristã. Temos de ser prudentes. A prudência é um valor fundamental. Afirma Aranguren: “La virtud de la prudencia no puede sustituirse con “aprendizaje” (Aranguren, 1972, p. 333).

Mas a moral não se opõe às paixões enquanto volições. Aranguren destaca o facto de S. Tomás se demarcar dos estóicos (pelo facto de estes não valorizarem os sentimentos e as paixões). Sabemos como em S. Tomás há a valoração dos sentidos, designadamente os sentidos externos pelos quais temos o sentido de vigília, o sentido de que a coisa é. Mas depois da experiência mística e de ter composto o Hino (música e letra) ao e do Santíssimo Sacramento, vemos como, afinal, a Fé se decide pela força da interioridade, do que se vê pela força do invisível. A Suficiência plena está na Fé. Há uma relação íntima entre Fé e Logos. A leitura de João Paulo II e de Bento XVI deixam-nos tudo isso a claro, que, tal como S. Tomás, foram – e são – Teólogos e Filósofos de exceção.

No livro *Ética*, citando vários autores, designadamente Scheler, Aranguren fala na “moral de sentimento”, na qual há a “perceção dos valores é de carácter emocional”. Segundo Scheler existem quatro ordens de sentimentos: os sensíveis; os corporais; os puramente anímicos; os espirituais. Neste seguimento, “o ato moral, a volição é radicalmente fruição” (Aranguren, 1972, p. 342).

Quem não tem – ou deveria ter – prazer em fazer bem?, em fazer o bem? O fazer bem é fruição. Mas hoje há muita maldade, ódio e inveja. Como combater? Um dos caminhos é retomar os valores maiores, as grandes éticas universais, a ética cristã, por oposição a um relativismo, que nada tem de relatividade nem de pluralidade. A pluralidade leva à abertura, à

procura da Verdade, à procura de Deus. Assistimos, de modo submerso, a uma “nostalgia de Deus”. É preciso recuperar a Metafísica e, neste tempo de consciência antropológica concreta, realizar uma metafísica de carne e osso, que fala à realidade e à verdade, que somos, que também encarna em nós, sem em nós se alienar.

No livro *Ética*, Aranguren cita Heidegger, que fala no “ethos como morada”. E ainda referindo-se a S. Tomás, afirma Aranguren: “como dice Santo Tomás lo grande y lo difícil van juntos” (1972, p. 361).

No livro *Ética*, a reflexão chega à culminância do amor, “Amor a Deus e aos homens”. O autor refere mesmo que “Santo Agostinho não estabelece diferença entre amor de si e amor dos outros” (Aranguren, 1972, p. 366), “o autêntico amor busca o que nunca acaba de encontrar... o amor de caridade, virtude infusa, virtude teologal, de Deus em nós” (Aranguren, 1972, p. 369). Tudo isto dá muito que pensar em termos humanos, de fundamentos, de valores, de relação do humano com Deus, o Criador. Razão para parar, pensar e perguntar: que sociedade é esta de hoje, de desamor, de ódio, de desintegração? Erich From pôs o problema do ser e do ter. Uma sociedade que não procura o ser é uma sociedade que não se encontra, que não visa a união, para além das diferenças naturais e desejáveis. Só o amor une, o amor é vida, porque a vida é amor. Na sua essência, o Logos é amor, o *logos* é razão de vida e vida de razão.

No livro *Ética*, Aranguren afirma que “a ética dos valores desemboca na ética das virtudes” (1972, p. 377). Quanto esta conceção é importante na Sociedade de hoje e na educação, hoje e sempre. A educação está vazia de si mesma porque está esvaziada de valores, dos valores fundamentais e estruturantes. Podemos ler que a “virtude é a força moral” (1972, p.384). Aranguren cita le Senne para quem a virtude é a “coragem do bem” (1972, p. 384). Ter a Coragem do Bem é ser e ter, implica escolhas e determinação, implica fazer valer o que é digno de ser dito e de ser feito, implica a busca – não a posse – da perfeição, buscamos a perfeição laborando na imperfeição. Aranguren defende que “as virtudes são uma força” (1972, p. 385). Aranguren salienta que “as virtudes têm de estar ordenadas para o bem”. Também sobre esta temática Aranguren cita S. Tomás e Kant. Em Kant faz relevar a boa vontade e a prudência. Em relação a S. Tomás destaca a prudência, justiça, fortaleza, temperança. Na genalogia das virtudes, Aranguren destaca (1972, p. 389): Ética da prudência (Sócrates); Ética da boa vontade (Kant); Ética da prudência e da boa vontade (Aristóteles).

Numa enunciação explícita em relação à Educação, afirma Aranguren: “Sócrates creía en la bondad del hombre y en la plena eficacia moral de la sabiduría y de la educación, como todos los racionalistas” (1972, p. 390).

O Filósofo que estamos a estudar, apoiando-se em outros filósofos, fala em “justiça comutativa” e “justiça distributiva”.

Se colocarmos certas atitudes e ideais na perpetiva das virtudes, ela ganham outra dimensão, é o caso da *liberdade*, que implica luta. Ora a luta é coragem de virtude, é coragem de ser.

Se colocarmos a Justiça, por exemplo, no horizonte de Deus, a mesma ganha uma outra força moral, humana e transcendente. A determinada altura, Aranguren refere-se às virtudes que constituem débito moral e não débito legal. Essas virtudes são assim explicitadas: *a graça ou gratuidade; a vindictio; a verdade ou veracidade; a amizade; a afabilidade; a liberdade*. Num tempo de falsidades, das notícias falsas e dos factos alternativos, importa reter a reflexão sobre a verdade:

De la verdad o veracidad que, como la virtud de la libertad, tiene un aspecto de justicia para con los otros hombres, a los que debemos la verdad – la “verdad debida” (Aranguren, 1972, p. 409).

A questão da verdade está ausente da política, por isso a política está como está, na prática está no descrédito, embora em si seja uma atividade nobre e sempre necessária. A verdade tem uma essência dialógica, procura o logos, o logos puro, que recusa as máscaras da mentira e os cortinados da falsidade. Em Aranguren noto uma relação da ética com a verdade e da ética com a política. Aliás, o seu livro *Ética y Política* mostra isso mesmo. A primeira parte do referido livro intitula-se “possibilidade da relação entre a Ética e a Política”. O Capítulo I é sobre o problema da ética social. A “ética pessoal e ética social”. Aranguren começa logo por afirmar:

La ética considerada en sí misma, es primariamente personal. Es *cada* hombre quien, desde dentro de la situación en que, en cada momento de su vida, se encuentre, ha de proyectar y decidir lo que va a hacer. Entre las diversas posibilidades que sea capaz de concebir, para salir de esa situación, es él quien ha de elegir. Entre los diversos proyectos de vida que forje como hacedor, es él también quien ha de preferir. El quehacer de cada acto y el quehacer de la vida en su totalidad unitaria es a cada hombre, es “interesado”, como suele decirse, a quien incumbe. No sólo eso. Las “normas” o “modelos” de comportamiento y de existencia, conforme a las cuales decidimos “hacer” nuestra vida, han de ser libremente aceptadas por cada uno

de nosotros para que el acto y la vida sean morales. Para ello deben pasar, previamente, por el tribunal de nuestra conciencia moral, que las calificará como “deberes”. Sólo cuando, de este modo, las hacemos nuestras e incluso nos las incorporamos por vía de hábito, puede decirse, en rigor, que nos hacemos responsables de ellas. Vemos, pues, que proyectos y actos, quehacer de cada instante y quehacer de la vida, conciencia y responsabilidad, deber y virtud, y, asimismo, según podría fácilmente mostrarse, perfección y amor conciernen inmediata y primariamente a las únicas personas realmente existentes, las individuales (Aranguren, 1985, p. 11-12).

No livro *Ética y Política* Aranguren percorre vários autores e várias concepções, mas nota-se um sentido, uma explicitação e um questionamento que fazem sentido. A segunda parte do livro *Ética y Política* é sobre “os modos possíveis da relação entre ética e política”.

Tal como está expresso no livro (p. 113), também nesta nossa época o “liberalismo económico” e o capitalismo têm colocado e suscitado graves problemas e desigualdades sociais, inadmissíveis. João Paulo II denunciou, severamente, o “capitalismo selvagem”, que está na base de tantas injustiças, numa altura em que apesar das retóricas das e nas democracias tende a predominar a constatação de Thomas Hobbes de que “o homem é o lobo do homem”. Tudo isso leva à degradação da democracia e, antes, à rehumanização do próprio homem. Hoje fala-se tanto de moralizar a política, uma questão central, ética, que Aranguren coloca de forma clara. Afirma Aranguren:

La moral de la alteridad pretende la moralización de la política desde lo ético personal, fiándola puramente al sentido social de los individuos. Es evidente que unas épocas se han sentido más inclinadas que otras a seguir esta vía. Por ejemplo, el siglo XIX, o una parte del siglo XIX, con la doctrina positivista de la Realpolitik, propendía a desembarazarse políticamente de trabas morales. Por el contrario, la reflexión política del siglo XVIII fue de carácter estrictamente ético-personal (Aranguren, 1985, p. 114).

Aranguren fala de Kant também no sentido de promover o povo à sua maioria. E o que significa isso?

Ser mayor de edad es no sólo tener el derecho, sino también, lo que es más grave, estar obligado, tener el deber de la democracia. La democracia, fundada en la virtud, constituye en sí misma un deber... (Aranguren, 1985, p. 114).

É da maior importância a ênfase que Aranguren coloca na cidadania, com várias formulações, desde logo a educação para a democracia e a sua prática como condição para que haja democracia. Não basta, nem é o fundamental, as teorias sobre a democracia, o principal é o exercício. É fundamental uma pedagogia da democracia, esclarecida e crítica. Afirma Aranguren: “la educación para la democracia requiere el ejercicio de la democracia” (Aranguren, 1985, p. 115).

No capítulo XI Aranguren centra-se na figura de Rousseau, no “contrato social” e outras questões conexas. Afirma Aranguren:

Si la preocupación ético-política de Montesquieu consistía en la protección de la libertad, la de Rousseau va a consistir, para decirlo con la terminología kantiana, en substituir la moral política *heterónoma* del Antiguo Régimen por una moral política *autónoma*; o, traducido al lenguaje corriente, en que los ciudadanos sean libres en el sentido de darse su propia ley y de gobernarse a sí mismos. Dicho en una sola palabra; si el empeño ético-político de Montesquieu tendía el *liberalismo*, el de Rousseau tendió a la *democracia* (Aranguren, 195, p. 131).

Este é o sentido de autonomia, que a educação deve promover e que está na base de uma cidadania esclarecida e fundamentada. As democracias estão em crise, nos atos eleitorais há cada vez mais abstenção porque, no fundo, as pessoas sentem que esgotam a sua participação no ato de votar. Não pode ser assim, existe a figura do referendo, há a valorização, mais aparente do que real, dos chamados independentes. Os partidos políticos tendem a fechar-se, não se regeneram e têm a obrigação, porque estão em condições disso, de alterar os ordenamentos jurídicos de modo que os cidadãos tenham mais participação. Não podemos ter democracias que favoreçam, de modo direto, ou indireto, o crescimento do capitalismo selvagem e o liberalismo económico. A democracia não é para alienar os poderes junto dos outros mas num certo sentido. Também nesse sentido o pensamento de Rousseau faz doutrina. Noutra etapa do seu livro, afirma Aranguren:

Al no servir el concepto, de alienación, Rousseau construye otro concepto, el de *contrato social*, que permita un tránsito, verdaderamente jurídico, del “estadon natural” al “estado civil”, una vez producida la imposibilidad de mantenerse en aquél. (...) “alienación”, pero no en sentido negativo, como antes, sino eminentemente positivo (aun cuando no, según ocurre en Hegel, ôntico).

(...)

Es, pues, una alienación, pero no a un jefe, sino de cada asociado, con todos sus derechos, a toda la comunidad, de tal modo que la condición, a partir del contrato social, sea igual para todos y que la enajenación se haga sin reservas, creando una “unión perfecta”, de tal modo que, al darse a todos, no se dé, en particular, a nadie. Mediante esta unión perfecta surge un “cuerpo moral y colectivo” o un “yo común” superior a la simple suma de las voluntades o *volonté de tous*. Surge, en suma, lo que Rousseau denomina la *vonlonté générale* (Aranguren, 1985, pp: 136-137).

Araguren tematiza o conceito de cidadão. Vejamos um aspeto que, afinal, é nuclear. Antes, no caso português, uma criança nascia, tinha a sua cédula de registo de nascimento e, mais tarde, fazia o bilhete de identidade. A partir de certa altura deixou de haver o bilhete de identidade e, logo ao nascimento, no Hospital, a criança é registada como cidadã. De facto, é acolhida e protegida pela Estado que a acolhe como cidadã, embora não exerça, ainda, amplos poderes de cidadania. Um dia isso vai acontecendo. Mas o que quero dizer é que antes de ser cidadã, a criança é pessoa.

Embora numa fase adulta, e referindo aos adultos, Aranguren titula e pergunta: “Distinção entre “Homem” e “Cidadão” ou alienação total?

Aranguren fala nos “direitos do homem”, na “comunidade”, na “convivência social”, nos “direitos dos cidadãos” e afirma: “Esta distinción entre el *hombre* y el *citoyen* es capital” (Aranguren, 195, p. 138). E adianta: “El concepto de “hombre” y los derechos que él comporta son anteriores al contrato social” (Aranguren, 1985, p. 138). Para Rousseau, a Família é “la sociedad más antigua y única natural” (Aranguren, 1985, p. 139). É reconhecida a prioridade e anterioridade do “homem privado” sobre o homem “público” ou cidadão. Daí a natural retração e recolhimento do homem – da pessoa – para a sua esfera particular e privada quando nota um cansaço em relação ao fenómeno político e público. Há como que uma dialética, um avanço e recuo, confiança e desconfiança face à política. Em termos éticos a pessoa privilegia, no fundo, a ética que a faz ser e não a ética pública que muitas vezes já aparece enganadora, em que dizem uma coisa e fazem outra. O fundamental é a ética em aliança com a verdade de ser e de agir. Se a ética não se alia à verdade perde credibilidade. Só os políticos bons e verdadeiros como pessoas são pessoas credíveis. E a “coisa pública”, seja onde for, tem de estar nas mãos de pessoas credíveis. Não é por acaso que alastram perigosamente os fenómenos de corrupção, as pessoas e as estruturas deixam-se

corromper. Esse é já um sintoma de doença de muitos sistemas políticos. Mas vale que há sempre pessoas e grupos que tomam nas mãos a tarefa de regenerar para credibilizar.

No fundo, é sempre o homem, a pessoa, e o cidadão que estão numa dialética na atividade ética e política. Afirma Aranguren: “El hombre *nace* como ciudadano y *re-nace* como hombre *en* y por el pacto social” (Aranguren, 1985, p. 139).

No capítulo XII é sobre “O Problema da Democracia”, e tem como subtítulo “a “conversão” do homem em cidadão. Diria diferente, o homem e o cidadão, o homem que também é cidadão. A “conversão” em cidadão não pode tirar a condição primordial, e irredutível, de homem e pessoa, que exerce a cidadania, que exerce a sua condição de cidadão. Esta clarificação é fundamental para uma Teoria da Educação e da Formação. É preciso clarificar o que é a pessoa, a sua identidade constituinte, aberta mas nunca alienável. Aranguren insiste, com muita pertinência, e apoio conceptual, na “moralização da política”. Falta moral na política. A política sem moral corrompe-se. Ao referir-se a autores, escreve Aranguren:

El, Montesquieu, se limitó a *hacer posible* la libertad, suprimiendo sus trabas. Y a este nivel, ya no técnico sino ético, es donde toma Rousseau el problema. A Rousseau non le importa el *liberalismo*, es decir, la garantía legal de los derechos de los ciudadanos; lo que le importa es la *democracia*, o sea, que el Pueblo se gobierne a sí mismo (Aranguren, 1985, 143).

A soberania está no Povo e, portanto, em cada um dos cidadãos. Os assuntos da Polis e do Estado dizem respeito diretamente aos cidadãos que, no caso das democracias, é que são os verdadeiros soberanos. O que não pode acontecer é que cada ato eleitoral seja um cheque em branco, apesar dos programas eleitorais que depois são sempre desvirtuados, sob todo e qualquer pretexto. Por isto em Democracia a Promessa é uma palavra e um propósito fundamental. E aí o desgaste e o descrédito têm sido gravíssimos para a credibilidade da Democracia e dos mecanismos democráticos. As democracias que não se cultivam a si mesmas criam dentro de si tiques ditatoriais ou totalitários, às vezes a pretexto de razões graves. As derivas espregitam, como se tem visto também na atualidade. Veja-se o caso de tentações de alguns países, mesmo no seio da Europa. Nunca é demais a vigilância e a auto-regulação, designadamente da chamada “democracia representativa”. Sobre a Democracia Representativa e questões de democracia, afirma Aranguren:

Sin embargo, para que exista realmente una democracia representativa, no basta con que los ciudadanos nombren sus representantes. Han de hacerlo responsabilmente. La democracia no es un simple asunto estadístico, el de que la mayor parte de los ciudadanos cumplan exteriormente los deberes políticos (o, dicho de otro modo, ejerzan externamente los derechos políticos) que les son impuestos (o reconocidos) por la Ley. Por ejemplo, en un país de irresponsabilidad política ciudadana o de caciquismo y compraventa de votos, no habría realmente democracia, aun cuando todos los ciudadanos votasen y, en general, realizasen los actos políticos que les incumben (Aranguren. 1985, p. 144).

A Democracia representativa necessita de movimentos cívicos ativos, de “sociedades de pensamento” “de criadores e de mobilizadores da opinião pública”, que contribuam para a “vitalidade da democracia” (Aranguren, 1985, p. 146)

Num título do capítulo XII, Aranguren fala na “função ético-política de grupos sociais minoritários” e também numa “democracia direta”. Nesta sequência, afirma:

Los hombres, contra lo que pensaba Rousseau, necesitan ser “estimulados” políticamente, necesitan ser sacados de su inercia y de la entrega a la vida privada, a las preocupaciones profesionales y, en suma, a su individualismo. Ahora bien, ésta es precisamente la función de esas “sociedades parciais” que él rechazaba. Sin fermento, la masa permanecería siempre inerte. La democracia no es primariamente, como decíamos antes, un problema estadístico, sino el de la conversión de la *masa*, políticamente indiferente o conformista, en *Pueblo*; función que incumbe siempre a una minoría de la cual, en el siglo XVIII, Rousseau fue, precisamente, la figura principal (al menos en la fase previa a la acción revolucionaria propiamente dicha) (Aranguren, 1985, p. 147).

A moralização da política faz-se, designadamente, através de uma “plenaria actitud ético-política” (p. 147). Se é verdade que os “grupos sociais minoritários”, “as sociedades intelectuais”, “os movimentos mais independentes” (p. 147) levam a uma “renovação mais profunda”, é preciso não esquecer a importância, decisiva, das figuras individuais ou para regenerar a democracia – e até ter um papel fundamental em implantá-la – ou, pelo contrário, para sufocar e fazer perigar a Democracia. No primeiro, para lutar pela Democracia, dou dois exemplos, Mário Soares, em Portugal, e Nelson Mandela, na África do Sul. Que força de Caráter, que amor às causas,

à causa da Democracia, amor aos ideais. Por isso políticos como esses são referências vivas para sempre, são escolas vivas em que nos inspiramos. Foram homens que amaram os seus países mas igualmente a Humanidade. São figuras de todos os tempos para serem fermento para a Democracia. São figuras que educam as pessoas e os povos no sentido da Democracia, da Liberdade e do Desenvolvimento Humano integral. No caso português também poderíamos referir muitas e muitas outras figuras, de todas as áreas de atividade humana. Mas da política também gostaria de referir duas Figuras Sá Carneiro e Maria de Lurdes Pintassilgo, entre outras. A Política faz-se com pessoas, com ideias, com projetos e, antes de mais, – assim devia ser – como pessoa de caráter e coragem. A referência a Figuras, a grandes referências, é inevitável, e não tem nada, rigorosamente nada, a ver com o “culto de personalidade”, que tende à autocracia. As figuras que referimos estão nos antípodas desta inclinação patológica, que hoje abunda no mundo, mesmo no mundo ocidental... E sobre a importância das Figuras, o próprio Aranguren refere De Gaulle e afirma:

De Gaulle es la realización no totalitaria y, por tanto, en este sentido, y en el de que hay una “verificación” no simplemente aclamatoria de la aquiescencia nacional, democrática, que, en virtud de este *contacto* sin intermediarios con la opinión pública, autorizarían a creernos ante la recuperación, a escala nacional, de la democracia directa (Aranguren, 1985, p. 149).

Mas a democracia nunca é um dado, é sempre uma construção. Aranguren fala mesmo numa “tensão democrática indispensável” (Aranguren, 1985, p. 148). Tensão entre “a minoria e a massa”, “entre o partido e o povo”, entre os “poucos” e os “muitos”, como já distinguira Aristóteles, como faz notar Aranguren. Suprimir a tensão é o perigo gravíssimo. Afirma Aranguren:

El comunismo y el fascismo, como sistemas totalitarios, suprimen la primera tensión, la que se da entre diferentes opiniones, actitudes y partidos dentro de una misma comunidad, pero por eso mismo se ven obligados a acentuar tanto más el papel de esta otra, que ha de mantener la exaltación, el pathos, la “llama” de la política” (Aranguren, 1985, p. 148).

Aranguren enfatiza a Democracia, que é o sistema próprio de se exercer a cidadania livre e responsável. Afirma o Autor; “Democracia es participación activa del Pueblo en el gobierno, democracia es elección o, dicho en el expresivo lenguaje político-popular, “elecciones” (Aranguren, 1985, p.

150). As eleições devem – deviam – constituir momentos fundamentais de aperfeiçoar a Democracia, não para cristalizar e levar, mesmo que indiretamente, ao afastamento dos cidadãos. Os cidadãos, agrupados em partidos, ou de diversas formas são modos de vitalizar a Democracia que é um Bem, que é preciso ter em conta e cultivar em cada dia. Afirma Aranguren:

Sólo cuando hay opción entre distintos programas positivos que, cada vez más, tenderán a convertirse en “planes”, hay propiamente libertad política. Que estos programas o planes deban ser presentados al sufragio a través de los partidos y el sufragio universal o directamente, en referéndum, según la actual tendencia a la democracia semidirecta, depende de las circunstancias (Aranguren, 1985, p. 151).

O autor fala na necessidade de uma “educação política e económica dos cidadãos” (Aranguren, 1985, p. 151). Vê-se que há uma Teorização da Educação política das pessoas e dos povos, com base na informação e no conhecimento. A tematização do que é a Democracia e a Educação política também se faz dizendo o que não é a Democracia, e, portanto, o que não é a cidadania, levando sempre a uma teorização da educação política.

Afirma Aranguren:

La democracia no es un *status* en el que pueda un pueblo cómodamente instalarse. Es una conquista ético-política de cada día, que sólo a través de una *autocrítica*, siempre vigilante puede mantenerse. Es, como decía Kant de la moral en general, una “tarefa infinita” en la que, si no se progresa, se retrocede; pues incluso lo ya ganado ha de re-conquistarse cada día. De la democracia como forma institucionalizada de moralización del Estado, no es nada fácil de hacer durar (Aranguren, 1985, p. 155).

Este é o maior desafio da Democracia. Exige muita educação cívica, muita pedagogia, muita tomada de consciência de que cada pessoa é um sujeito histórico, que as eleições são sempre momentos decisivos e há que contrariar as abstenções, por mais razões de cansaço e desilusão que existam mas essas mesmas razões são aquelas que nos devem fazer votar ainda e sempre. Talvez sem se darem conta, as Democracias podem pôr em perigo os próprios sistemas democráticos. Há que estar vigilantes a tudo isso. Boas teorias da Educação Política ajudam a boas práticas políticas, e o contrário também acontece. Teoria e Prática alimentam-se mutuamente. Tudo isto também exige uma “ética social” e uma “ética Individual” Neste contexto de sentido,

afirma Aranguren: “Pero la ética, como la vida, es, *a la vez*, individual e social y se la empobrece y falsea al amputarle una u otra de ambas dimensiones” (Aranguren, 1985, p. 249). Ponhamos em evidência, “a ética, como a vida”. A ética está enraizada na vida, orienta-nos, ajuda-nos a discernir, a saber viver. No fundo, não há verdadeiro pensar, em verdade, sem colocar a questão da ética e da moral. E só assim os valores, a cidadania e a Política constituem uma Cultura para uma Teoria da Educação, em realização de Sentido, num Estado que se quer *Estado de Direito Democrático*, um *Estado de Justiça* (cf. p. 251), com cidadãos esclarecidos e empenhados. Neste ambiente precisamos de alimentar valores e virtudes, em educação, cultura e cidadania, que façam de nós o que somos e devemos ser cada vez mais e melhores. Pessoas. Eis, o desafio, profundo, que se coloca à Cultura e à Educação, ajudar a formar pessoas livres e comunidades livres, na corresponsabilidade ética de existirmos e coexistirmos, em dinâmicas de desenvolvimento verdadeiramente humano. Há, pois, que regenerar, de modo vigoroso, a Educação na sua Essência, dinâmica, de Ser. Para ser em liberdade, a ética e a política têm de estar em permanente interpenetração. Nada disso é possível sem pensamento e ação, que se questiona na sua própria realização.

Referências bibliográficas

- Aranguren, José Luís L. (1985). *Ética y Política*. Madrid: Ediciones Guadarrama/ Ediciones Orbis, S.A.
- Aranguren, José Luís L. (1988). “Autopercepción Intelectual de su Proceso Histórico”. In *Revista Anthropos*. Tema único: “José Luís L. Aranguren. Propostas morales: problematicidad y actitud ética”. Editorial Anthropos Promat. S. Coop. Ltda.
- Aranguren, José Luís L. (1972). *Ética*. Madrid: Selecta de Revista de Occidente. Bárbara de Braganza, 12.
- Entralgo, Pedro Lain (1988). “El hombre José Luis Aranguren”. In *Revista Anthropos*. Tema único: “José Luís L. Aranguren. Propostas morales: problematicidad y actitud ética”. Editorial Anthropos Promat. S. Coop. Ltda.
- Medeiros, Emanuel Oliveira (2018). *José Enes e Gustavo de Fraga. Pastores da Verdade na Luz do Ser*. Lisboa: MIL/ DG Edições.